

COLETIVA SOBRE O

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

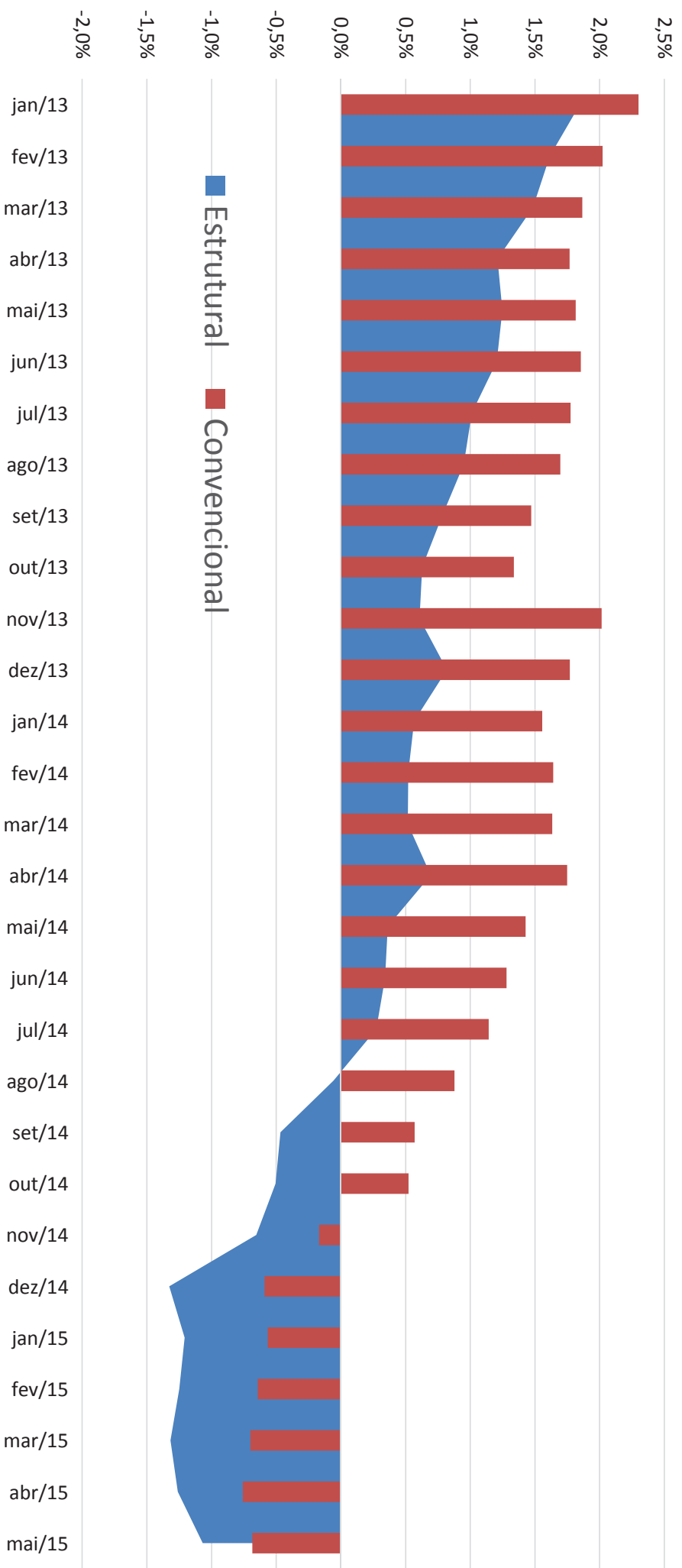
3º Bimestre de 2015



22/07/2015

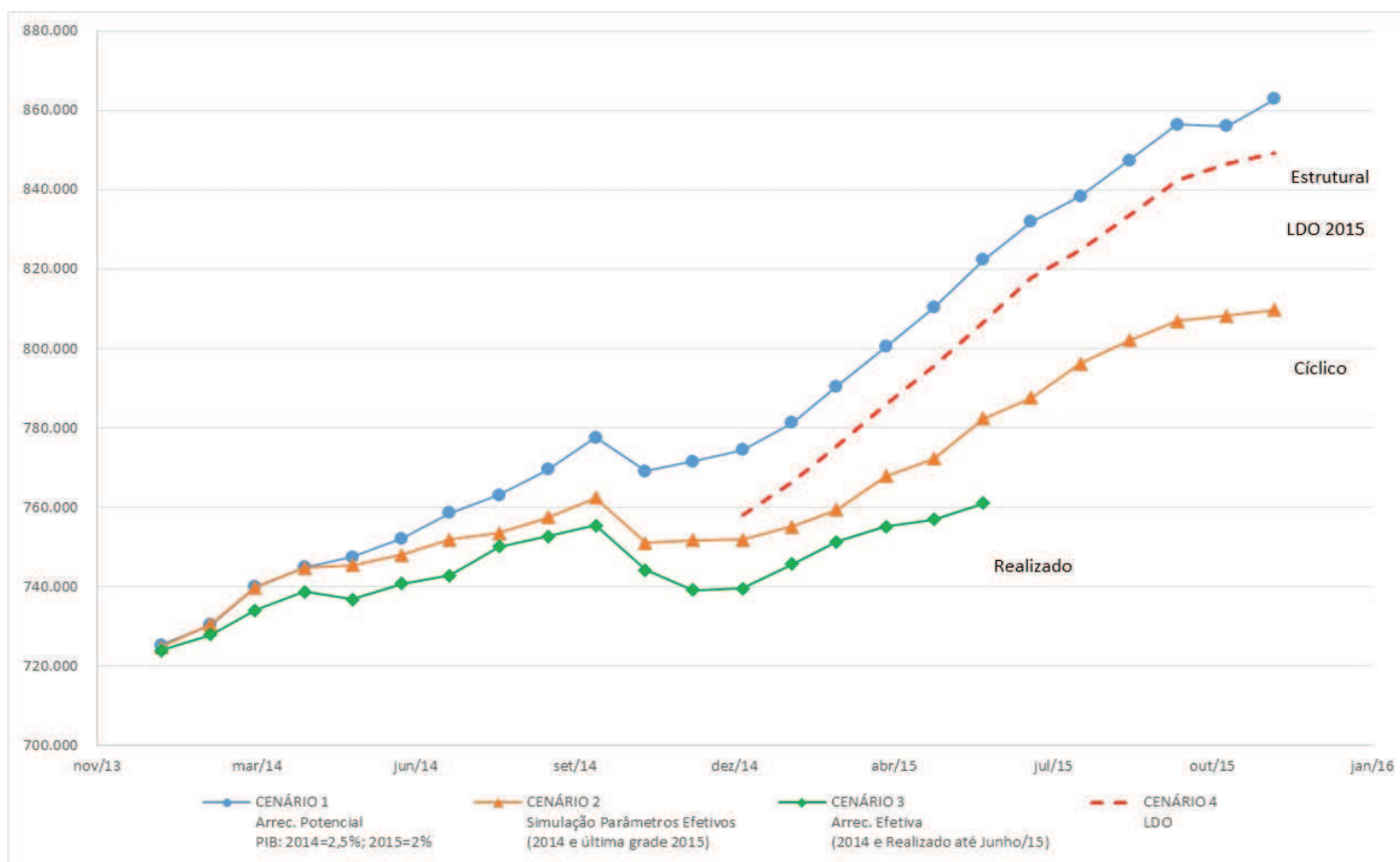
Resultado Primário do Setor Público

ACUMULADO EM 12 MESES, % PIB



Evolução da Arrecadação das Receitas Administradas pela SRF (exceto Previdência)

ACUMULADO EM 12 MESES



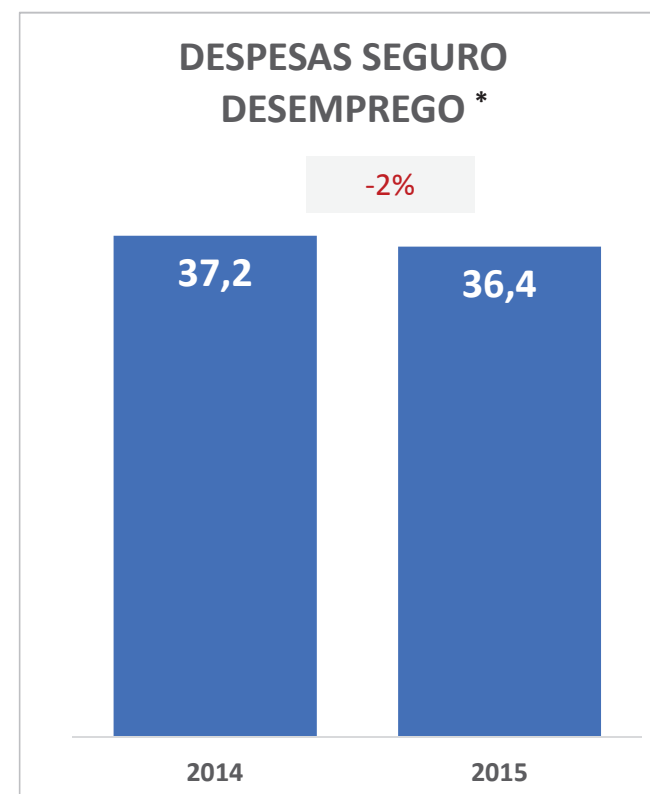
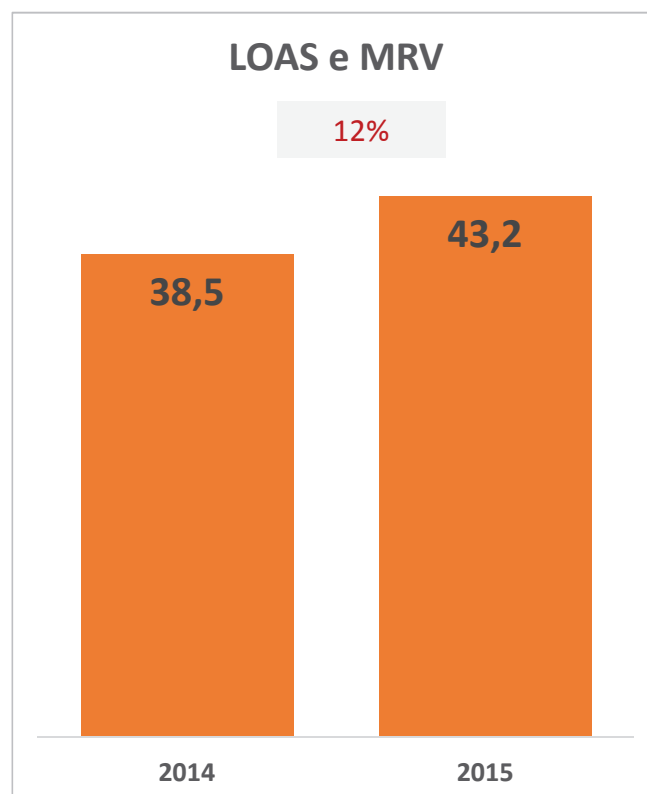
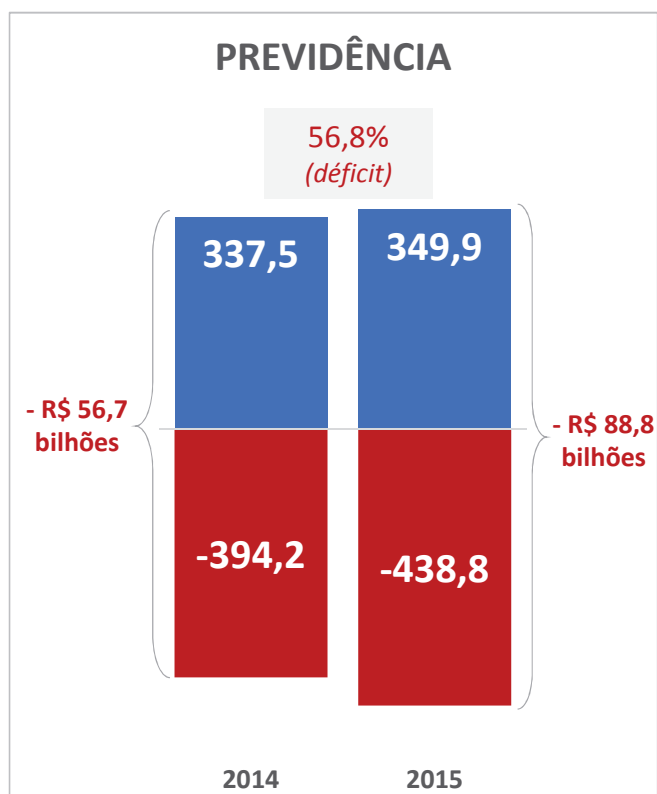
Detalhamento da revisão de receitas

Discriminação	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	1.371.702,5	1.325.311,1	(46.391,4)
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	848.328,1	818.877,4	(29.450,7)
Arrecadação Líquida para o RGPS	364.680,4	349.964,2	(14.716,2)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	158.694,0	156.469,5	(2.224,6)
Concessões	18.078,1	18.251,6	173,5
Dividendos	15.505,3	17.042,8	1.537,5
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	11.462,8	11.422,0	(40,8)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	32.376,8	31.111,8	(1.265,0)
Receita Própria (fontes 50 e 81)	14.118,8	14.821,3	702,4
Salário-Educação	19.614,2	19.381,5	(232,7)
Complemento do FGTS	4.045,3	4.515,3	470,0
Operações com Ativos	7.500,0	3.000,0	(4.500,0)
Demais Receitas	35.992,7	36.923,2	930,5
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	213.433,9	213.726,1	292,2
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.158.268,6	1.111.585,0	(46.683,6)

Fonte: SOF/STN.

Gastos Obrigatórios

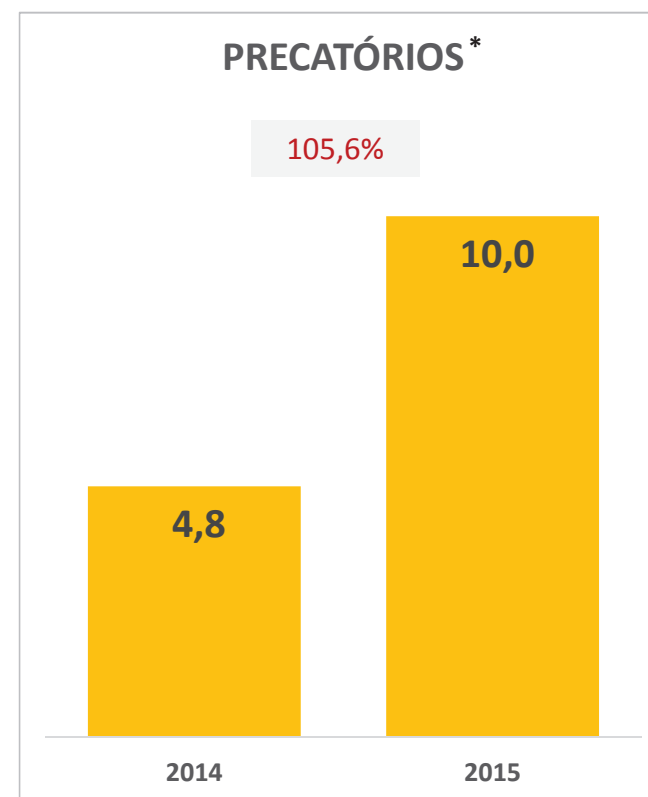
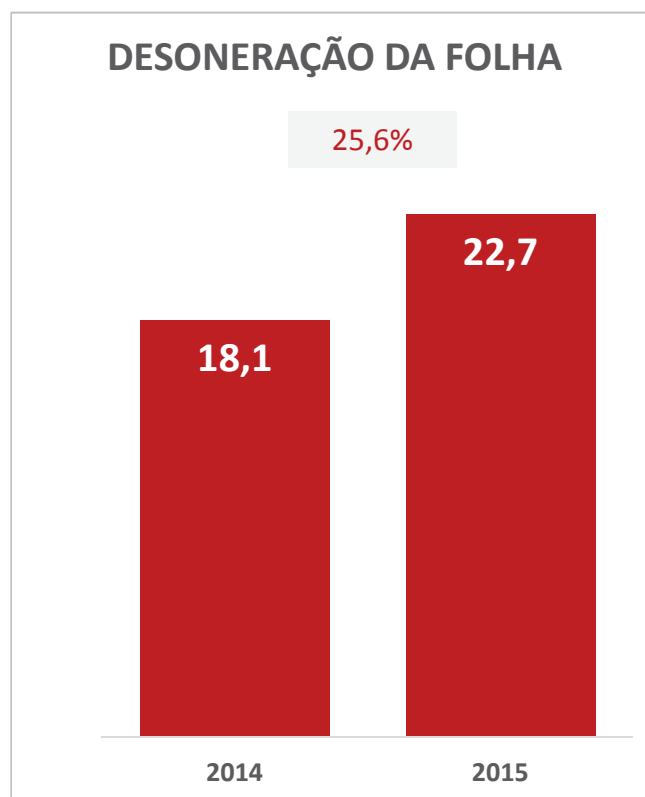
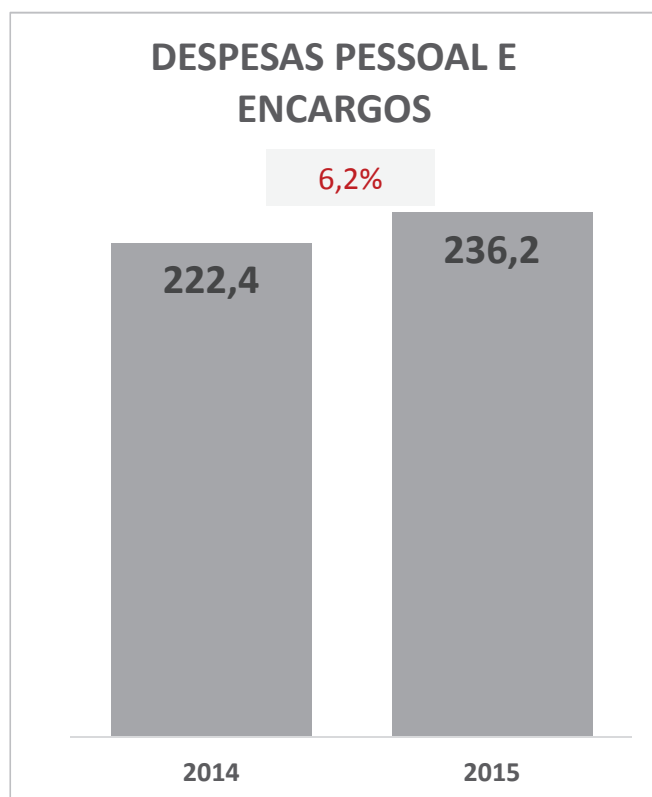
2014 Realizado / 2015 – Avaliação do 3º Bimestre
R\$ bilhões



* Inclui Seguro Defeso.

Gastos Obrigatórios

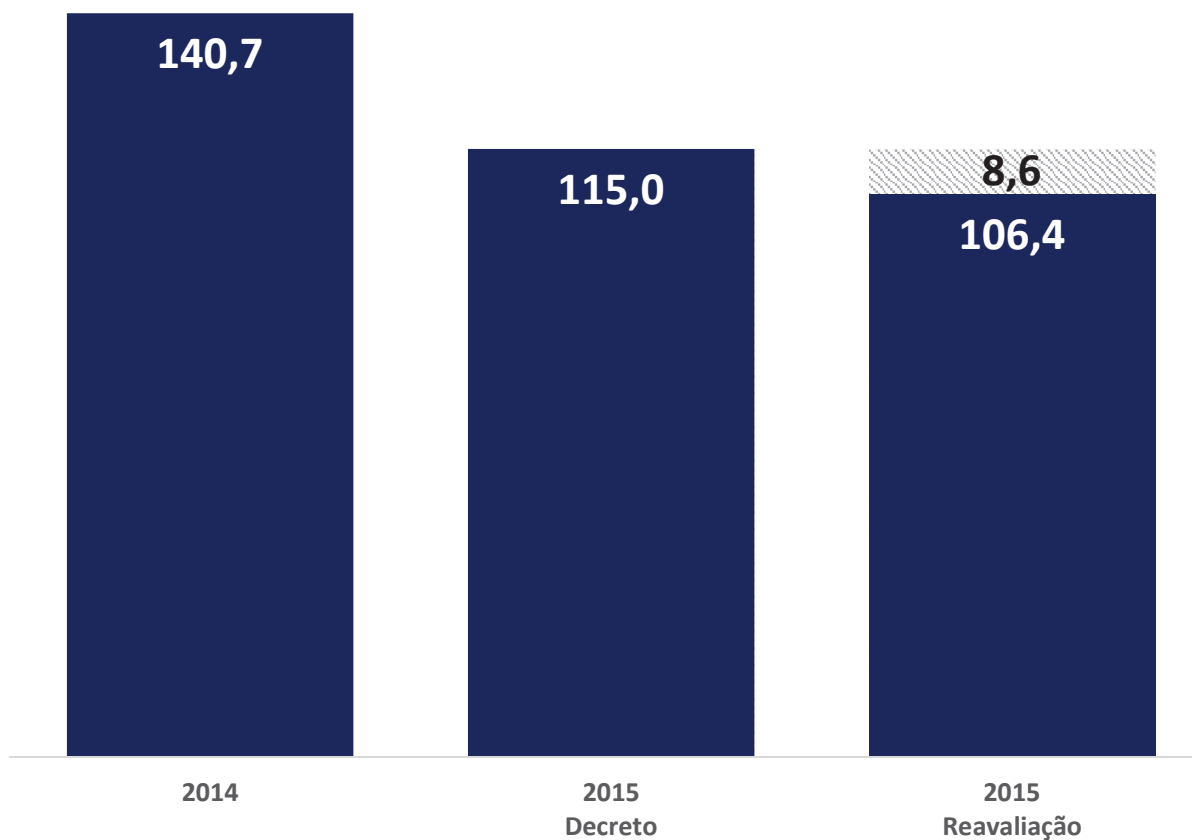
2014 Realizado / 2015 – Avaliação do 3º Bimestre
R\$ bilhões



* Sentença judicial e precatórios, exceto previdenciário e natureza alimentícia.

Despesas Discricionárias – Passíveis de Contingenciamento

2014 Realizado / 2015 – Avaliação do 3º Bimestre
R\$ bilhões



Detalhamento da revisão nas Despesas Obrigatórias

Descrição	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
A) Variações positivas			11.693,6
Abono e Seguro Desemprego	41.955,3	45.811,1	3.855,8
Créditos Extraordinários	1.345,0	4.833,4	3.488,4
Sentenças Judiciais e Precatórios – OCC	8.550,6	9.981,2	1.430,6
Benefícios da Previdência	437.472,3	438.850,5	1.378,2
Pessoal e Encargos Sociais	235.583,8	236.208,9	625,1
Complemento do FGTS	5.245,4	5.715,4	470,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	42.940,8	43.179,9	239,1
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	1.713,5	1.904,0	190,5
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	13.094,2	13.110,1	15,9
B) Variações negativas			(329,2)
Fundos FDA, FDNE e FDCO	503,0	203,0	(300,0)
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	327,4	298,2	(29,2)
Total	-	-	11.364,4

Fonte: SOF/STN.

Resumo da reavaliação de receitas, despesas e meta de resultado primário do governo central

	Varição em relação ao relatório do 2º bimestre em R\$ milhões
Redução da estimativa de receita líquida	46.683,6
Aumento da estimativa de despesa obrigatória	11.364,4
Subtotal	58.048,0
Redução adicional da despesa discricionária	8.600,0
Proposta de redução da meta de resultado primário	49.448,0
Subtotal	58.048,0

Fonte: SOF/STN.

Reprogramação 2015

Abrangência	LDO 2015		PLN Enviado		Variação	
	R\$ bi	% do PIB	R\$ bi	% do PIB	R\$ bi	% do PIB
Setor Público Consolidado	66,3	1,19	8,7	0,15	57,6	1,04
Governo Central	55,3	0,99	5,8	0,10	49,5	0,89
Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Estados e Municípios	11,0	0,20	2,9	0,05	8,1	0,15

Fonte: SOF/STN

Cláusula de Abatimento da Meta por Frustração de Receitas Específicas

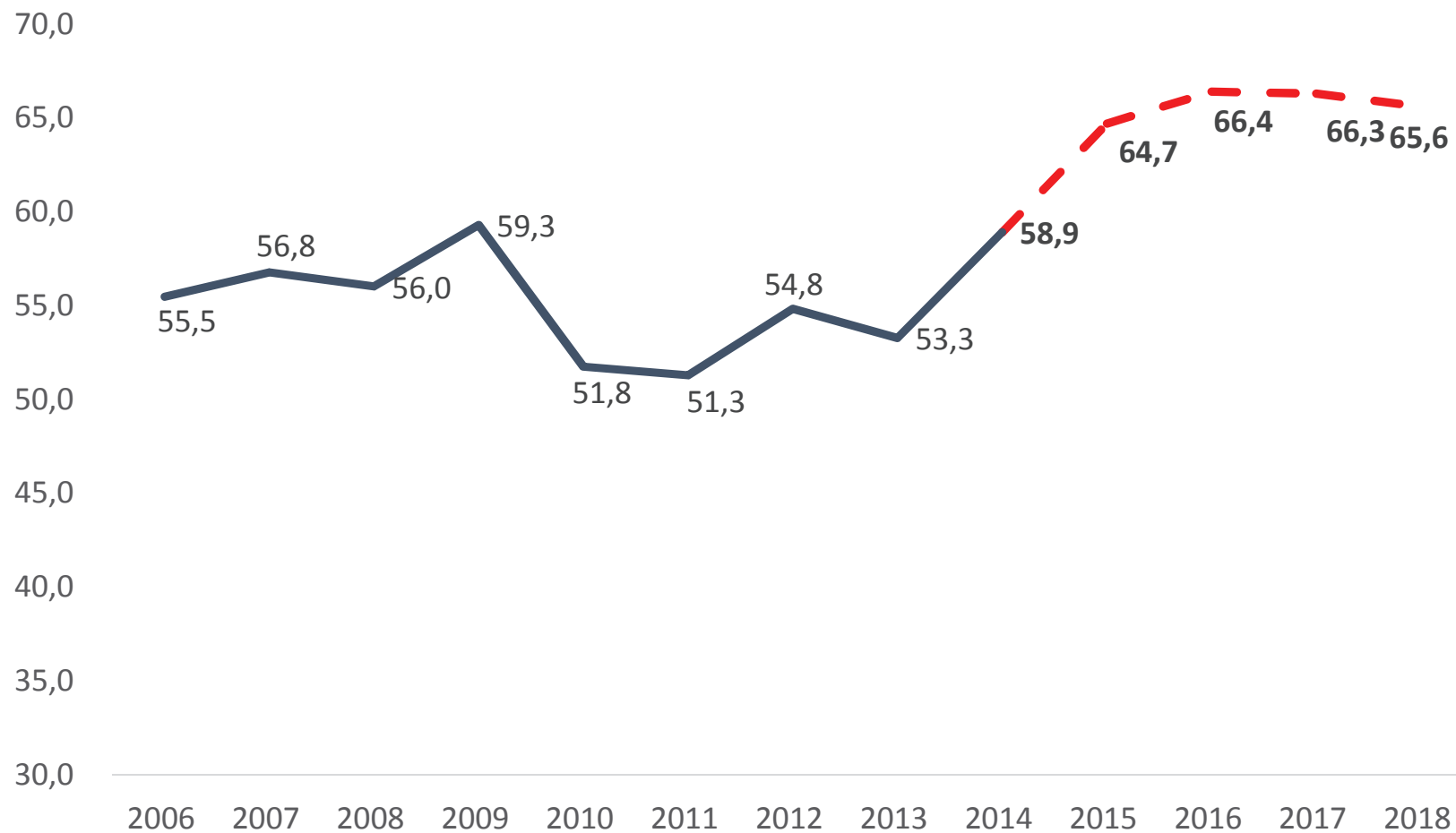
- As estimativas do Relatório consideram medidas cuja arrecadação adicional depende do processo legislativo e das condições de mercado.
- A proposta de meta fiscal inclui cláusula de abatimento de até R\$ 26,4 bilhões caso haja frustração das seguintes receitas:
 - Medidas de débito em recuperação em atraso em até R\$ 10 bilhões
 - Regularização de ativos no exterior em até R\$ 11,4 bilhões
 - Concessões e permissões em até R\$ 5 bilhões

Nova programação de reequilíbrio fiscal

	2015	2016	2017	2018
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	0,15	0,7	1,3	2,0
Dívida Líquida	36,3	37,8	38,4	38,0
Dívida Bruta do Governo Geral	64,7	66,4	66,3	65,6
Resultado Nominal	-6,47	-4,58	-3,23	-2,36

Fonte: MP, MF e BCB.

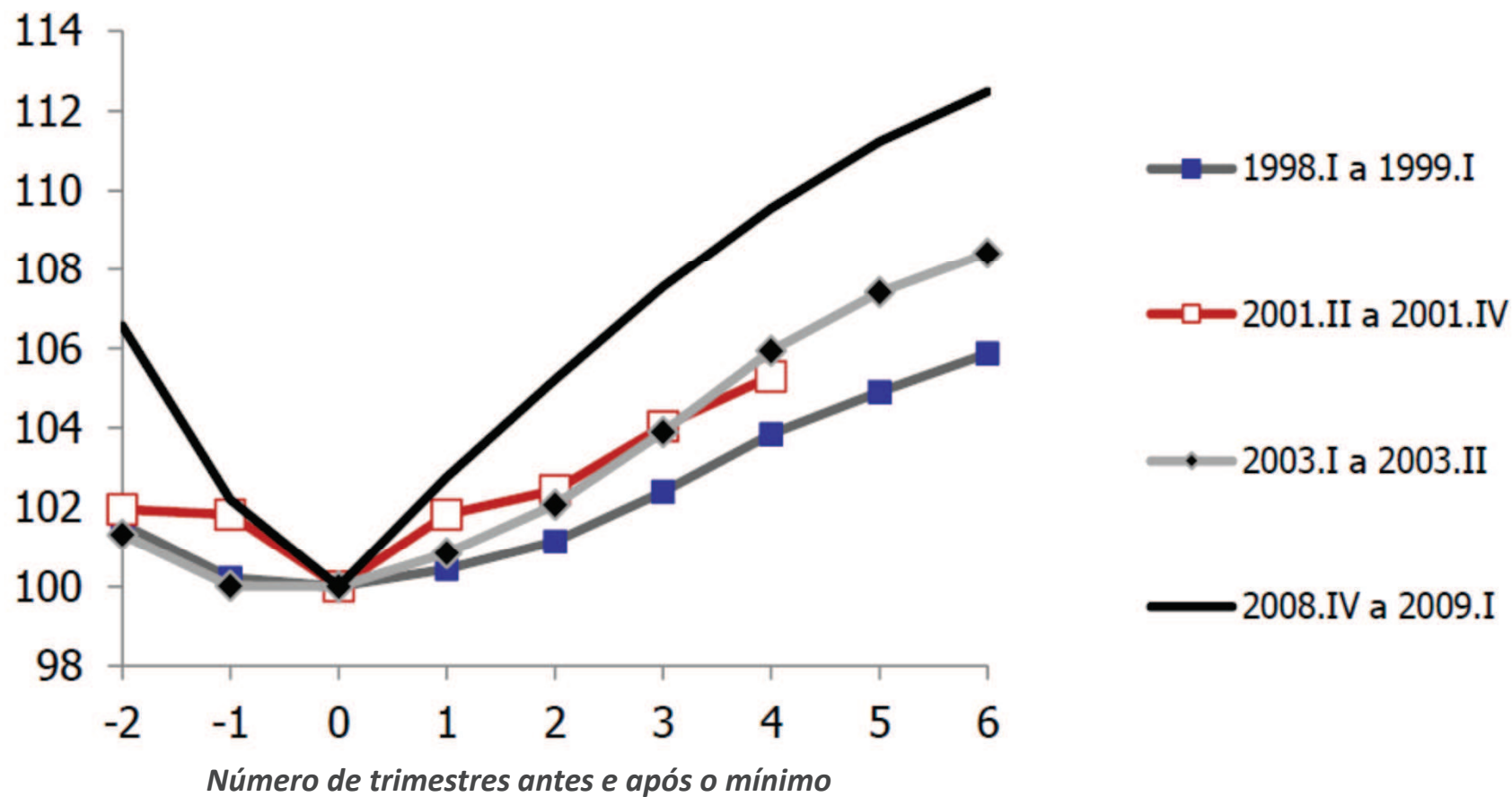
Projeções de Dívida Bruta em % do PIB



Fonte: BC.

Ciclos de Reequilíbrio do PIB em %

DADOS TRIMESTRAIS



Ações para o fortalecimento da atividade econômica – investimentos e produtividade

INFRAESTRUTURA

Concessões: continuidade e ampliação do programa de concessões nos setores tradicionais e abertura de novos

Concessões em curso: autorização de novos investimentos em concessões existentes (ferrovias, portos, rodovias, setor elétrico)

REGULAÇÃO

Aperfeiçoamento de marcos regulatórios

Novas concessões: taxas de retorno referenciais aderentes às condições de mercado

Melhorar os processos de licenciamento do IBAMA (requerimento de informações e procedimento)

Definir o modelo regulatório de Telecom pós 2025 , viabilizando decisões de investimentos e consolidação do setor

INFRAESTRUTURA- REGULAÇÃO

Preservar a estabilidade dos contratos de concessão – estabelecendo as possibilidades e limites de alteração nas condições ou prazos da outorga, sendo obrigatórios, em qualquer caso, o estudo prévio de impacto, submetido à consulta pública, e o aditamento do contrato (Lei Geral das Concessões).

Ações para o fortalecimento da atividade econômica – investimentos e produtividade

CONCORRÊNCIA E NOVOS INVESTIMENTOS

Alienação de ativos públicos. Revitalização do setor de óleo e gás.

CONCORRÊNCIA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Abrir o capital da Caixa Seguridade e potencial abertura de capital do IRB. Implementadas medidas de abertura do mercado de resseguros .

Acelerar a agenda de simplificação tributária

Acelerar o SINTER - simplificação, redução do tempo e do custo da regularização de propriedades, aumento da segurança jurídica nas transações imobiliárias e na garantia do crédito imobiliário (redução de riscos para o crédito imobiliário).

INTEGRAÇÃO COMERCIAL E FORTALECIMENTO PRODUTIVO

Rever a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul com vistas ao aprimoramento da estrutura de proteção efetiva no país e aumento da competitividade da indústria.

Ajustar as medidas de apoio a indústrias selecionadas, aumentando o impacto e a compatibilidade com compromissos internacionais.

Fortalecer as medidas de facilitação de comércio

Acelerar a implantação de Acordos bilaterais de Operador Econômico Autorizado – OEA

Concluir a implementação do Portal Único de Comércio Exterior

Integrar o Porto Sem Papel ao Portal Único de Comércio Exterior

OBRIGADO

